

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 30 - Julho/2022

ISSN 2675-2573



RECESSO

LANÇAMENTO



A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro



DESTAQUES

IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ
Leila da Silva Siqueira



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 30 - Julho de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Isac dos Santos Pereira

Manuel Francisco Neto

Thaís Thomas Bovo

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Alessandra Kally Ciardi Barbosa
- Aline Pereira Matias
- Carla de Fátima Goes e Oliveira
- Cibele Vieira dos Santos Alves
- Cristina da Silva Freitas
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Leila da Silva Siqueira
- Luiza de Caires Atallah
- Marcia Muniz Brilhante de Toledo
- Monika Shinkarenko
- Neide Benedita de Moraes
- Nelson Marcos Correia Pedro
- Patrícia Herminio da Silva
- Sandra Regina de Campos
- Viviane da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 30 (jul. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

108 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:



<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.30>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto



COLUNA

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL Alessandra Kally Ciardi Barbosa	13
2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL Aline Pereira Matias	19
3. AS FACES DA NÃO APRENDIZAGEM Carla de Fátima Goes e Oliveira	23
4. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL Cibele Vieira dos Santos Alves	31
5. APRENDIZAGEM, CULTURA, ENSINO, E FORMAÇÃO HUMANA Cristina da Silva Freitas	37
★ 6. A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro	45
★ 7. IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ Leila da Silva Siqueira	49
8. A RELAÇÃO DA FAMÍLIA E DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO Luiza de Caires Atallah	57
9. DESAFIOS DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO PARA PAIS E PROFESSORES Marcia Muniz Brilhante de Toledo	63
10. O CINEMA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA EMANCIPAÇÃO DOS ESTUDANTES Monika Shinkarenko	69
11. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Neide Benedita de Moraes	75
12. ACTIVIDADES EXPERIMENTAIS PARA O ENSINO DE FÍSICA NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO Nelson Marcos Correia Pedro	81
13. AS DEFICIÊNCIAS, SUAS HISTÓRIAS E SEUS PERCALÇOS Patrícia Herminio da Silva	89
14. ORALIDADE, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES Sandra Regina de Campos	97
15. UM CURRÍCULO COMPROMETIDO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL Viviane da Silva	103

AS DEFICIÊNCIAS, SUAS HISTÓRIAS E SEUS PERCALÇOS

PATRICIA HERMINIO DA SILVA

RESUMO

Esse artigo pretende abordar reflexões a respeito da educação especial, a educação inclusiva e as múltiplas deficiências. A escola integradora surge como uma opção inovadora face à velha tradicional e exclusivamente escolar e define-se pela sua abertura e aceitação sem sexo, idade, origem social, situação econômica, grupo social ou étnico, distinções dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem nas aulas regulares, que geralmente eram excluídos ou expulsos das escolas normais. O objetivo deste artigo é analisar, em primeiro lugar, as políticas educacionais dos antigos governos em direção à educação especial e seu trânsito - atraso em direção à escola inclusiva e a forma como tem sido concebida a educação integradora e a escola inclusiva em nosso país. Num segundo momento, procuramos demonstrar a rotação da política educacional em direção à antiga concepção de educação especial contra os grupos excluídos e a população mais vulnerável socialmente, apesar de uma maior igualdade, equidade, declarações governamentais de inclusão econômica, política, social, cultural e educacional. Concluímos em um terceiro momento, com uma proposta renovada de escola inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Integração. Política Educacional. Regras de Admissão.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um desafio da educação básica que estabelece a prática educativa norteadora em ações voltadas à incorporação de meninas, meninos e jovens ao sistema educacional nacional que, por alguma outra causa de desigualdade social, cultural, de gênero e / ou econômica, não tenham acesso ao sistema educacional e / ou estão em risco de exclusão dos serviços educacionais.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário (FACION, 2008, p. 55).

Abordar a questão da educação inclusiva implica considerar uma transformação da sociedade excludente para que, na construção permanente da democracia e da participação cidadã, haja a inclusão de todos os setores da sociedade, sem distinção de posição econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política. A construção desta nova sociedade passa pela participação de todos os cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação como instituição, que pode promover a equidade e a justiça social para com os excluídos não só do sistema educativo, mas também da própria comunidade.

Porém, a educação tem sofrido o ataque das idas e vindas da política econômica, com os cortes anunciados no orçamento do setor e a orientação do "pretensão equidade", ao oferecer bolsas de estudo a alunos "inteligentes" com menos recursos, para que possam continuar na escola, seja qual for o nível. Por outro lado, são cortados orçamentos para Ministério da Educação Pública e universidades públicas, o crescimento do subsistema privado é favorecido em todos os níveis, o ingresso de jovens em níveis superiores de ensino é limitado por meio de exames admissionais - como um processo de seleção e exclusão dos "menos favorecidos" da escola pública - deixando de fora aqueles que não apresentam "capacidade intelectual"

Desse modo, na mesma política de bolsas, por exemplo, ocorre a discriminação social e a exclusão dos marginalizados em algum aspecto. Nesse processo, se modificam as políticas de educação de meninos e meninas com necessidades educacionais especiais, para falar de uma escola de integração e de um esboço tímido de escola inclusiva; mas, ao mesmo tempo, volta ao conceito de assistência médica com as classificações novamente impostas pela Subsecretaria de Educação Básica, definindo cada uma das deficiências. No entanto, qualquer estereótipo acarreta segregação e enfraquecimento da dignidade das pessoas. Por isso, a escola inclusiva constitui uma inovação e uma abertura democrática para acolher integrantes de todos os setores sociais.

O PROBLEMA DE MARGINAÇÃO ESCOLAR E EXCLUSÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Uma das características de uma sociedade inclusiva é a abertura das escolas a toda a população, para que todos aqueles que desejam fazê-lo tenham um lugar e possam ter acesso a uma educação de qualidade, permaneçam no sistema, participem de todas as atividades e práticas sócio - educacional, como parte integrante da comunidade educativa e da sociedade em geral.

Equalizar oportunidades, reduzir barreiras à aprendizagem, abordar a heterogeneidade e atender às necessidades de todos os alunos é um desafio difícil de alcançar, especialmente quando insistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. A escola inclusiva não surge do nada, mas há um longo caminho anterior que teve que ser percorrido, desde a ideia de educação especial, à de uma escola de educação especial, passando pela escola de integração, cuidado de pessoas com precisa aprender especiais e chegar à ideia contemporânea de uma escola inclusiva.

Porém, para alcançar uma escola inclusiva precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos nos encaixemos, com nossas diferenças e particularidades, com nossos dons e habilidades, com nosso conhecimento e ignorância. Uma sociedade democrática não no nome, mas, na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam em igualdade de condições para participarem na vida política, econômica, social, cultural, com acesso a todos os serviços, nomeadamente saúde, educação e habitação. Uma sociedade que acomoda a todos, independentemente da condição social, sexo, idade, crenças ou origem étnica, e todos temos os mesmos direitos e obrigações sem privilégios de acordo com a lei e de qualquer espécie; essa é uma sociedade inclusiva, que oferece oportunidades para todos.

Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Uma sociedade inclusiva é, portanto, a sociedade que acolhe os membros das diferentes classes sociais, sem discriminação, sem exclusão ou limitações para o desenvolvimento pessoal e coletivo. O importante é que todos os cidadãos tenham um lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos campos em que se desenvolve a vida social comunitária. A escola desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, na transição da sociedade reprodutiva para a sociedade da transformação produtiva com equidade e justiça. Portanto, deve ser o pivô em torno do qual gira a política de inclusão social.

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

A educação escolar envolve a formação para a cidadania, que “implica que as pessoas se envolvam nas questões que dizem respeito à sua comunidade, seja ela familiar, laboral, social e de poder”. Este envolvimento significa também solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, para que a responsabilidade pela educação recaia não só sobre o professor, mas também sobre os próprios alunos, as autoridades, os pais e as autoridades civis. Portanto, a educação inclusiva implica a responsabilidade de todos os atores do processo ensino-aprendizagem e no apoio a meninos e meninas com necessidades educacionais específicas, sem a necessidade de rotulá-los como deficiências motoras, visuais, auditivas etc. como necessidades educacionais específicas.

A capacidade de abrir o espírito para acolher colegas com estas características será um dos objetivos da educação de forma a integrar não só quem tem algum NEE-(declarar a sigla), mas também quem tem dificuldade em entrar e permanecer na escola, superando a visão compassiva da tolerância para gerar uma atitude ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades de aprendizagem e extracurriculares pelos próprios professores e colegas. Desta forma, seria formado para a convivência e apoio mútuo, e não apenas para competição entre si.

Em um país capitalista, com uma política oficial neoliberal, onde prevalece a competitividade como princípio de sucesso e conforto na vida, é mais difícil alcançar a utopia de uma escola igualitária e equitativa; no entanto, foram as utopias que conseguiram transformar as sociedades históricas e acreditam que “a educação contribui para melhorar a coesão social quando é capaz de formar para a convivência, e de proporcionar às pessoas um melhor horizonte de inserção na vida produtiva, de desenvolvimento cultural e instituições sociais”, é construir uma utopia que possa favorecer uma transformação radical da sociedade nos seus valores e nas suas atitudes para com as pessoas com necessidades educativas específicas.

Uma educação inclusiva responderia, então, a uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva. A reforma política em direção à democracia global também deve passar pela escola que impacta a esfera social - coletiva e individualmente - a fim de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. Essa modalidade escolar não teve importância para os especialistas da época, pois nunca abordaram as questões relacionadas à educação especial, à política educacional de integração, muito menos à educação inclusiva.

A inclusão no campo da educação requer uma visão não só nacional, mas também internacional, como política norteadora para os países-membros das Nações Unidas. Portanto, é importante reconhecer que para a UNESCO (1990):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais em todos os países não tem sido consistente ao longo da história: desde uma concepção separatista e segregacionista da criação de recintos especiais para crianças com algum tipo de deficiência, até a escola de integração, sem levar em conta o que é integração escolar, como pode ser realizada e que tipo de modificações curriculares deveriam ter sido feitas para alcançá-la, e até mesmo que tipo de treinamento deveria ser dado aos professores em formação e que tipo de treinamento em exercício; Tampouco se pensou em disponibilizar assistentes para apoiar o trabalho em sala de aula quando tivessem alunos com essas características.

Agora, as reformas democráticas devem passar pela escola, para que possamos formar cidadãos do futuro sob essa nova visão de sociedade. A democracia na educação passa primeiro pelo acesso à escola, para que nenhum cidadão fique sem escola e todos - crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, deficientes ou não - atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essa noção não se reduz apenas à expansão dos serviços educacionais, mas é ampliada para levar em conta os contextos socioeconômicos, políticos e culturais dos alunos, a fim de promover a aquisição de competências que lhes permitam um melhor aprendizado, aprimoramento de sua qualidade de vida e alcançar um desenvolvimento econômico, social e cultural que resulte na melhoria do seu desempenho profissional e da qualidade de vida.

Não se trata apenas dos princípios básicos de leitura, escrita, expressão oral, cálculo e resolução de problemas como objetivo final da escolarização, mas como base para alcançar um maior desenvolvimento humano a partir dos seus conteúdos básicos, conhecimentos teóricos e valores práticos e atitudes, necessárias para que o ser humano possa sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar aprendendo.

Uma democracia educacional entendida desta forma seria insuficiente para abarcar uma série de cidadãos frequentemente excluídos do sistema educacional, deficientes de qualquer tipo - alguns mais do que outros, mas segregados ou, pior ainda, discriminados pela sociedade, escola e cidadãos.

Portanto, a democracia sem reforma escolar é incompleta; e isso, sem mudança social, é uma ilusão utópica. A política educacional no Brasil tem se caracterizado por sua inconsistência em relação a este segmento da população. Do abandono absoluto à educação especial, à escola de integração e a uma proposta morna de uma escola inclusiva.

A ESCOLA TRADICIONAL

A escola, como instituição, passou por diferentes etapas e funções, desde a escola elitista, educando os filhos das classes altas, até a escola de formação de mão de obra e meios para evitar a vadiagem e a delinquência juvenil, e um meio para preparar o futuro trabalhadores. Essa é a origem da escola pública. Por outro lado, a Igreja Católica tem historicamente formado alguns membros interessados em resgatar crianças carentes por meio da educação, a fim de formar bons cristãos e, eventualmente, bons cidadãos.

O governo brasileiro durante quase três séculos não desenvolvia ações para a escolarização do povo e só na terceira década do século XIX surgirá algum empenho neste sentido. De 1834 a 1934, assiste-se no Brasil a uma lenta, mas contínua democratização do acesso à escola pública básica nas redes estaduais e [...] nas municipais (LEÃO, 2005, p.2).

A escola pública foi considerada tradicional ao longo da história. Não só pelos seus métodos pedagógicos, mas também pelos objetivos de formação de bons cidadãos. Portanto, todo cidadão, todo menino e toda menina tem direito a ser educado, instruído e aceito nas escolas públicas, sem distinção social ou religiosa, ou condição racial ou física. Na prática, tratava-se de uma segregação do "anormal", do "diferente", poderia se dizer que não foi considerada a possibilidade de inclusão de meninas e meninos com deficiência nos grupos considerados "normais". Era uma forma de intolerância e rejeição da diversidade. Foi considerado "natural", pois a escola deve formar cidadãos íntegros, saudáveis e produtivos.

A CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL CLÁSSICA DE DEFICIÊNCIAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender a evolução da escola tradicional para a escola inclusiva, é importante fazer um breve panorama da concepção tradicional do que se considerava uma deficiência ou deficiência que merecia a segregação da escola "normal" e a existência de escolas educacionais especiais.

[...] podemos dizer que uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas diz respeito, portanto, ao modo como concebem as diferenças na constituição biológica das pessoas. Vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica desencadeia e exclusão de pessoas das atividades cuja realização ela dificulta. Justifica-se a exclusão, em princípio, enquanto se aguardam descobertas científicas que permitam atuar biologicamente sobre aquela anomalia. Mas, enquanto se aguarda, amplifica-se o potencial desta barreira, uma vez que a própria exclusão desencadeia a constituição de outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num processo contínuo. Cria-se assim uma deficiência. (TUNES, 2003, p. 9)

Agora, de acordo com a deficiência da Organização Mundial de Saúde é entendida:

[...] A perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que pode ser temporária ou permanente. As deficiências incluem a existência ou aparecimento de uma anormalidade, defeito ou perda produzida por um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, incluindo sistemas de função mental.

As definições das necessidades educacionais especiais apresentadas são as seguintes (ONU, 1993):

HABILIDADES EXCELENTES

Conjunto de características que permitem aos alunos se diferenciarem significativamente do grupo socioeducativo a que pertencem em uma ou mais das seguintes áreas da atividade humana: científico-tecnológica, humanístico-social, artística e / ou motora. Estes alunos, por apresentarem necessidades específicas, requerem um contexto facilitador que lhes permita desenvolver as suas capacidades e satisfazer as suas necessidades e interesses em benefício próprio e da sociedade.

No Brasil existem poucas instituições que atendem a este tipo de necessidades educacionais especiais, e poucas escolas possuem professores preparados para detectar esse tipo de aluno. Por esse simples fato, é difícil não só a detecção precoce dessas crianças, mas também sua formação adequada, o que requer um currículo flexível e adequado às suas necessidades e tendências.

AUTISMO

Transtorno de desenvolvimento generalizado que se reflete nas relações sociais (alteração nas manifestações não verbais: expressão facial, olhar, incapacidade de estabelecer relações com iguais, ausência de comportamentos espontâneos, apontar, mostrar interesse em algo, etc.), na comunicação (atraso ou ausência de desenvolvimento da linguagem oral, alunos com linguagem adequada têm problemas para iniciar ou manter uma conversa, uso estereotipado ou repetitivo da linguagem), e em padrões de comportamento inadequados (preocupação excessiva com um foco de interesse, aderência inflexível a rotinas específicas não funcionais, repetitivas estereotípias motoras: apertar as mãos, torcer os dedos, etc.).

Esses casos são ainda mais difíceis de detectar, porque nem os pais nem os professores estão preparados para descobrir os padrões de comportamento indicados a tempo e poder encaminhá-los para atendimento especializado. Por outro lado, embora se percebam anomalias no desenvolvimento da criança, acredita-se que seja devido à idade e à medida que envelhece vai ultrapassando as dificuldades ou anomalias que apresenta no seu comportamento, em relação ao que é considerado normal.

SURDEZ

É a perda auditiva em que é necessário um estímulo sonoro de mais de 70 decibéis para ouvir [...] Os alunos surdos usam preferencialmente o canal visual para se comunicar, e é necessário ensiná-los um sistema de comunicação eficaz (língua de sinais, língua oral ou outro). Essa condição não afeta o desempenho intelectual da pessoa.

AUDIÇÃO

É a perda auditiva, de superficial a moderada, em que é necessário um estímulo sonoro de até 70 decibéis para ouvir, ou é a perda auditiva em um dos ouvidos que permite ouvir até o choro de um bebê ou do latido de um cachorro. Eles se beneficiam do uso de aparelhos auditivos. Essa condição não afeta o desempenho intelectual da pessoa.

Embora essas limitações auditivas não afetem por si só o bom desenvolvimento intelectual, estão sujeitas à sua detecção precoce, pois se as crianças não tiverem uma boa audição, encontrarão problemas no aprendizado da língua, o que implica maiores dificuldades no aprendizado. Por isso, uma atenção especial dos pais e educadores é necessária para detectar a tempo esses casos e encaminhá-los aos especialistas.

“DISCAPACIDADE” INTELLECTUAL

É caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e comportamento adaptativo que se manifesta em habilidades adaptativas conceituais (linguagem, leitura e escrita e autodireção, entre outras), sociais (interpessoal, responsabilidade, autoestima e seguir regras, etc.) e práticas, por exemplo: atividades da vida diária, administração de dinheiro ou habilidades ocupacionais.

Podem ser crianças com aprendizagem lenta ou déficit de atenção agudo, problemas hiperativos ou disléxicos e / ou comportamentais.

DEFICIÊNCIA DO MOTOR

Existem dificuldades no controle do movimento e da postura da pessoa, em determinados grupos musculares e em diferentes níveis (leve, moderado e grave). Adaptações arquitetônicas e suportes pessoais como cadeiras de rodas, muletas e andadores, por exemplo, facilitam a autonomia e interação do aluno com seu ambiente. Essa condição não afeta o desempenho intelectual da pessoa.

Aqueles com graves dificuldades podem ter dificuldades de aprendizagem, principalmente porque não conseguem manter a atenção adequada nas aulas ou em casa para fazer o dever de casa. No entanto, são sujeitos cognitivos e capazes de construir a aprendizagem, desde que tenham apoio moral, físico e emocional dos pais, professores e discípulos.

MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA

Presença de duas ou mais deficiências físicas, sensoriais e / ou intelectuais (por exemplo: alunos surdos-cegos, alunos com deficiência intelectual e motora, ou deficiência auditiva e motora, etc.). A pessoa, portanto, requer suporte em diferentes áreas de habilidades adaptativas e na maioria das áreas de desenvolvimento.

São casos mais complicados que efetivamente requerem instituições especializadas para sua formação, uma vez que, em geral, nem os professores nem as escolas estão preparadas para formar essas disciplinas. Por isso, é imprescindível que haja políticas educacionais que ofereçam atenção adequada a esses casos.

BAIXA VISÃO

Está associado a um nível visual que, mesmo com correções comuns (lentes ou óculos), impede a pessoa de planejar ou executar visualmente uma tarefa, mas permite melhorar o funcionamento através da utilização de meios ópticos e não ópticos e / ou adaptações do ambiente, ambiente ou técnicas. As ajudas podem ser, por exemplo: lupas, contrastes de cores, binóculos, telas de aumento e livros com letras grandes. A visão subnormal pode evoluir para a cegueira. Essa condição não afeta o desempenho intelectual da pessoa. De acordo com essa definição, os alunos que usam óculos comuns não necessariamente se enquadram nessa condição.

CEGUEIRA

Falta ou perda do sentido da visão. A cegueira é geralmente uma condição permanente. Não afeta o desempenho intelectual da pessoa.

Em ambos os casos, são mais as questões psicológicas que podem impedir a aprendizagem destas crianças com esta deficiência. É evidente que o respeito por eles por parte dos colegas e professores é essencial para proporcionar-lhes confiança e um clima acolhedor e de aceitação, ao invés de tolerância. A ajuda mútua e o aprendizado colaborativo são essenciais nesses casos. Por outro lado, essas disciplinas contam com maior respaldo da sociedade e da tecnologia moderna: livros em braile, computadores especiais, telefones, gravadores. Portanto, o mais importante é a parte afetiva em casa e na escola.

A instituição de ensino, quase em todos os casos, exceto os extremos, pode abrigar todos os meninos e meninas que apresentam alguma necessidade especial de educação. Porém, deve-se atentar para o equilíbrio que deve existir entre o número de crianças com necessidades educacionais especiais e aquelas consideradas "normais", de modo a não sobrecarregar os professores e dar-lhes a atenção de que necessitam com o consequente currículo adequado às suas necessidades. Em outros países, por exemplo na França, escolas auxiliares são fornecidas para apoiar os professores que têm alunos com essas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade educacional em todos os níveis do sistema escolar no Brasil constitui um objetivo primordial da política educacional do governo e de cada instituição que deseja ser credenciada como uma escola de qualidade. No entanto, poucos - senão nenhum - se preocupam em ser considerados escolas inclusivas.

Confundimos acessibilidade ou possibilidade de acesso, por serem de baixo custo ou quase gratuitas, que podem ser atendidas por quem quiser e atender aos requisitos burocráticos para ingressar ou passar no vestibular, para o qual está em jogo a capacidade intelectual com a possibilidade de interagir, de realizar atividades de aprendizagem conjuntas, de se relacionar com todos os membros da comunidade educativa.

Uma escola inclusiva não possui vestibular, não discrimina por motivos econômicos, de origem ou social, não se classifica segundo habilidades intelectuais que promovam a competição e manifestem individualismo na lista de honra, a pretexto de superação de pessoal e obrigatoriedade de participação, a escolta nos dias dedicados às homenagens nacionais. Pelo contrário, incentiva a colaboração, a aceitação e a ajuda mútua, o diálogo horizontal e a igualdade de tratamento de todos os alunos, independentemente do seu sexo, idade ou estatuto social, religioso, político ou étnico.

Conclui-se que a promoção de uma escola inclusiva ou inclusiva seria a política incontornável para atender às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. De qualquer

forma, seria uma experiência a ser empreendida e cujos resultados certamente seriam animadores para as populações beneficiadas. Não basta uma educação intercultural bilíngue, mas uma educação que responda às necessidades da população de acordo com as condições geográficas da região onde está inserida, sua organização social e suas potencialidades produtivas. É evidente que o respeito à cultura, à língua e à idiossincrasia dos povos constitui o melhor incentivo para a construção da escola inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LEÃO, S. T. F. L. **Breve análise sócio - histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental**. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira_Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 04 jul. 2022.

ONU, "**Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência**", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. **Educação especial – olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Crítica **Revista Semestral da Faculdade de Educação**, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Satisfaction of Basic Learning Needs , Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais**. Salamanca, 1994.



Patrícia Herminio da Silva

Graduação em Pedagogia pela Universidade São Camilo, em 2008. Pós-Graduação em Pedagogia Hospitalar pela Universidade São Camilo, em 2006. Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Mozarteum, em 2014. Pós-Graduação em Educação e Sociedade, pela Faculdade São Luís em 2020. Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo, PMSP.



ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alessandra Kally Ciardi Barbosa
Aline Pereira Matias
Carla de Fátima Goes e Oliveira
Cibele Vieira dos Santos Alves
Cristina da Silva Freitas
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Leila da Silva Siqueira
Luiza de Caires Atallah
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Monika Shinkarenko
Neide Benedita de Moraes
Nelson Marcos Correia Pedro
Patrícia Herminio da Silva
Sandra Regina de Campos
Viviane da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

